

## MINUTA DE CONTRATO Nº .../2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O  
**MUNICÍPIO DE VILHENA-RO**, E A EMPRESA  
.....  
(PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 3536/2026).

Aos ... dias do mês de ... do ano de dois mil e vinte e seis, o **MUNICÍPIO DE VILHENA**, Estado de Rondônia, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob n.º 04.092.706/0001-81, com sede no Centro Administrativo Senador Doutor Teotônio Vilella, s/n.º, doravante denominado **MUNICÍPIO**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. **Flori Cordeiro de Miranda Junior**, brasileiro, solteiro, agente político, portador da Cédula de Identidade RG sob n.º 304253790 SSP/SP e CPF sob n.º 309.160.068-83, residente e domiciliado na cidade de Vilhena/RO, através do **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, inscrito no CNPJ sob n.º 21.467.008/0001-32, neste ato representado pelo Secretário Municipal de Saúde o Sr. **Wagner Wasczuk Borges**, portador da Cédula de Identidade RG sob n.º 89614562 SSP/PR e CPF sob n.º 040.740.859-25, residente e domiciliado à Rua Cento e três - vinte, n.º 5112, Residencial Barão do Melgaço III nesta cidade de Vilhena – RO e, de outro lado, ....., empresa de direito privado, inscrita no CNPJ n.º ....., com sede a Rua ....., na cidade de ....., daqui a diante simplesmente designada **CONTRATADA**, tendo como representante seu (sua) .....o (a) Sr. (a) ....., portador (a) da Cédula de Identidade RG n.º ..... e CPF sob n.º ....., residente na cidade de ....., e acordam na realização do presente Contrato, cuja celebração foi autorizada no Termo de Homologação de ordem ....., do Processo Administrativo n.º 3536/2026 e licitado através do Edital de Pregão Eletrônico n.º 035/2026 – exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte (ME, EPP, MEI, EIRELI), exclusivo para microempresas e empresas de pequeno porte (ME, EPP, MEI, EIRELI), nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006, com as alterações trazidas posteriormente pela Lei Complementar n.º 147, de 7 de agosto de 2014, devendo ser observados os direitos de preferência contemplados, nos Termos da Lei n.º 14.133/2021, que foi recepcionada pelo Decreto Municipal 59.678/2023, Decreto 65.299/2025 e demais legislações aplicáveis e, ainda de acordo com as condições estabelecidas no Edital, que regem também a forma prevista deste Contrato, nos termos da proposta, submetendo-se os contratantes, às seguintes cláusulas e condições:

### 1. DO OBJETO (art. 92, inciso I, Lei n.º 14.133/2021)

**1.1** O presente contrato tem por objeto a contratação de empresa para a prestação de serviços de limpeza/esgotamento de fossa séptica (esvaziamento, coleta, transporte e destinação final de dejetos líquidos e sólidos), desobstrução de encanamentos (desentupimento), limpeza de caixa de gordura, serviços de limpeza e tratamento de reservatórios de água (caixas d'água e poço artesiano), para atender a Casa de Apoio de Vilhena, localizada no Município de Porto Velho/RO, visando procedimentos de limpeza, higienização e controle sanitário que são essenciais para garantir condições adequadas de funcionamento as instalações administrativas, de apoio ou atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde, vinculadas à Secretaria Municipal de Saúde, em conformidade com o Termo de Referência, Estudo Técnico Preliminar, Mapa de Riscos, Nota de Empenho n.º ...../2026, proposta vencedora da Licitação na modalidade Pregão Eletrônico n.º 035/2026/PMV, constantes no Processo Administrativo n.º 3536/2026, que, com seus anexos, ficam fazendo parte deste termo, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais.

**1.2** A descrição do objeto deste termo encontram-se especificado no item 7.1 do Termo de Referência 035/2026.

## **2. DO VALOR (Art. 12 Inciso II; Art. 18 Inciso IV da Lei nº. 14.133/21)**

**2.1** O valor do presente contrato é de R\$ ..... ( .....), para a prestação dos serviços, objeto deste Termo.

**2.2** Os valores dos serviços foi realizado diretamente em empresas do ramo e pesquisa em Banco de Preços em Licitações.

## **3. FORMA, PRAZO E LOCAL DE EXECUÇÃO (Art. 18 Inciso III; Art. 40, §1º, Inciso II da Lei 14.133/21)**

**3.1** Os serviços deverão ocorrer na Casa de Apoio no município de Porto Velho/RO, dentro do horário de funcionamento da Unidade, sendo de segunda a sexta-feira, em dias úteis, das 07h às 18h, ou em finais de semanas caso seja necessário.

**3.2** A prestação dos serviços deverá estar dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo todos os produtos, acessórios, e equipamentos em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com observância às recomendações aceitas pelas boas técnicas, normas e legislação vigente e em quantidades necessárias à boa execução dos serviços.

**3.3** As limpezas dos reservatórios de água (caixa d'água e poço artesiano) deve ocorrer conforme recomendação da ANVISA, com o intervalo máximo entre as lavagens de 06 meses.

**3.4** Do plano de contingência para execução dos serviços de limpezas dos reservatórios de água (caixa d'água e poço artesiano):

**3.4.1** Considerando que o processo de limpeza e higienização dos reservatórios de água poderá implicar na interrupção temporária do fornecimento de água, a empresa contratada deverá apresentar, previamente à execução dos serviços, plano de contingência contendo as medidas que serão adotadas para minimizar os impactos decorrentes da suspensão do abastecimento.

**3.4.2** O referido plano deverá contemplar estratégias operacionais que assegurem a continuidade das atividades desenvolvidas na unidade, tendo em vista que o local realiza atendimento diário a pacientes, sendo imprescindível a manutenção das condições mínimas de funcionamento, higiene e assepsia das instalações.

**3.4.3** Para tanto, a contratada deverá prever medidas destinadas a reduzir o tempo de desabastecimento e garantir o fornecimento mínimo de água potável durante a execução dos serviços, podendo incluir, entre outras soluções tecnicamente adequadas:

I – execução dos serviços em horários previamente acordados com a Administração, preferencialmente em períodos de menor fluxo de atendimento;

II – disponibilização de fonte alternativa de abastecimento de água potável, devidamente certificada pelos órgãos competentes, durante as etapas críticas da execução;

III – fornecimento de água por meio de caminhão-pipa com comprovação de potabilidade e certificação sanitária;

IV – disponibilização de reservatórios móveis ou galões de água potável para atendimento das necessidades essenciais da unidade.

**3.4.4** A execução dos serviços somente poderá ocorrer após a aprovação do plano de contingência pela Administração, devendo a contratada adotar todas as medidas necessárias para garantir que a interrupção do fornecimento de água não comprometa o funcionamento da unidade e o atendimento à população.

**3.5** Do local de atendimento:

**3.5.1** Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA nas dependências da unidade demandante localizada na Rua Tales Benevides nº 5434, bairro Rio Madeira, na cidade de Porto Velho/RO.

**3.6** A estratégia de execução do serviço consistirá em:

**3.6.1** Da limpeza/esgotamento de fossas sépticas (esvaziamento, coleta, transporte e destinação final de dejetos líquidos e sólidos):

a) A realização dos serviços ocorrerá de forma global, conforme necessidade da unidade demandante, somente após a emissão da Nota de Empenho e/ou contrato de serviço.

b) Os serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de acabamento e funcionamento, ou seja, o local a ser realizado o serviço deverá ser entregue organizado e limpo.

c) A contratada deverá dispor de todos os recursos necessários para tornar acessível e praticável a realização dos referidos serviços nas áreas inóspitas e de difícil acesso.

d) A Contratada deverá adotar medidas de proteção nos locais onde serão executados os serviços e providenciar posteriormente a limpeza de toda área trabalhada.

e) Os resíduos provenientes dos esvaziamentos das fossas sépticas deverão ser transportados no próprio carro de esgotamento até o seu destino final de forma a não derramar os resíduos em vias públicas sendo de responsabilidade da CONTRATADA qualquer tipo de dano ambiental.

f) Para os serviços emergenciais, deverá a empresa manter serviços de plantão 24 horas. E, quando for o caso, realizá-los em até 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviços.

g) Consideram-se serviços emergenciais, aqueles ocasionados por transbordamento de fossas, causado por chuvas fortes, tempestades, acidentes, e todos aqueles que podem comprometer a segurança das pessoas e bens patrimoniais.

h) A Contratada deverá observar todas as normas vigentes acerca do meio ambiente, Ministério da Saúde, Vigilância Sanitária, Secretaria do Meio Ambiente e Prefeitura Municipal, em especial ao que dispõe a Lei Nacional n 12.305/10, no que concerne à destinação dos resíduos e outras obrigações.

### **3.6.2 Da desobstrução de encanamentos (desentupimento) e limpeza de caixas de gordura:**

a) A realização dos serviços ocorrerá de forma global, conforme necessidade da unidade demandante, somente após a emissão da Nota de Empenho e/ou contrato de serviço.

b) Estes serviços serão executados através de equipamentos específicos, como bombas de alta pressão para desobstruir, retirar e armazenar toda a sujeira da tubulação, evitando transbordamento de água, gordura, sujeira, mau cheiro e entupimento da tubulação, entre outros.

c) Para a retirada dos resíduos da caixa de gordura com a utilização de caminhão tanque, caso seja necessário, deverá ser observado um local adequado para o procedimento.

d) Realizar a destinação correta dos resíduos oriundos dos serviços de limpeza, observando a legislação específica vigente.

e) Os serviços deverão ser entregues em perfeitas condições de acabamento e funcionamento, ou seja, o local a ser realizado o serviço deverá ser entregue organizado e limpo.

f) A contratada deverá dispor de todos os recursos necessários para tornar acessível e praticável a realização dos referidos serviços nas áreas inóspitas e de difícil acesso, em que se encontram as caixas e tubulações de gordura e esgotamento.

g) A contratada deverá adotar medidas de proteção nos locais onde serão executados os serviços e providenciar posteriormente a limpeza de toda área trabalhada.

### **3.7 Da limpeza e assepsia de caixas d'água:**

a) A realização dos serviços ocorrerá a cada 06 (seis) meses, somente após a emissão da Nota de Empenho e/ou contrato de serviço.

b) Para a execução dos serviços, avaliar a melhor forma de acesso ao reservatório ou a caixa d'água, visando minimizar os riscos de acidente e otimizar o andamento dos trabalhos.

c) Materiais autorizados para a execução dos serviços: balde de plástico; esponja lisa; pano de algodão limpo; escova com cerdas arredondadas (não pode ser de aço), esponja; pá de plástico e hipoclorito de sódio (NaClO).

d) Utilizar somente produtos aprovados pela ANVISA.

e) Usar, obrigatoriamente, os equipamentos de proteção individual (EPI) e, quando necessário, equipamentos de proteção coletiva (EPC), em vista do risco que o serviço oferece.

f) Verificar antecipadamente em cada caixa d'água, as condições de acessibilidade; o estado de conservação da (s) tampa(s), bóia(s), registro(s) e tubulações; se houver eventuais defeitos nas estruturas e equipamentos, notificar as irregularidades a fiscalização.

g) Não havendo possibilidade de execução dos serviços, emitir Relatório de não Conformidade descrevendo as condições da caixa d'água indicando o(s) motivo(s) dessa impossibilidade.

h) A limpeza de caixa d'água deve seguir as normas da ANVISA, conforme segue:

- O registro de entrada da água poderá ser fechado um dia antes da limpeza, para utilização de toda a água armazenada, evitando o desperdício.
- Fechar o registro de entrada da água;
- Limpar primeiro a tampa e removê-la;
- Manter um palmo de água no fundo e com saída tampa da (para evitar que a sujeira escoe pelo ralo), lave o interior da caixa com um pano úmido. Caso ela seja de fibrocimento, substitua o pano por uma escova de fibra vegetal ou de cerdas de plástico. Não use escova de aço, vassoura, sabão, detergente ou outros produtos químicos. Os utensílios de limpeza da caixa devem ser de uso exclusivo.
- Retirar a água da limpeza e a sujeira utilizando pá de plástico, balde e panos. Secar o fundo com um pano limpo.

- Quando a caixa estiver seca e com a saída ainda fechada, deixe entrar um palmo de água e adicione 2 litros de água sanitária (esta proporção é para uma caixa d'água de 1.000 litros);
- Deixar essa solução desinfetante repousar por duas horas. Com a ajuda de balde ou caneca de plástico, utilize-a para molhar as paredes internas da caixa e da tampa, incluindo as bordas. Fazer isso a cada meia hora até completar duas horas;
- Após duas horas, abrir a saída e esvaziar a caixa. Abra todas as torneiras e acione as descargas para desinfetar todas as tubulações da unidade;
- Depois de abrir o registro (ou soltar a boia), deixar a caixa encher. Orientar a unidade a utilizar a primeira água para lavar banheiro ou pisos;
- Tampar bem a caixa para que não entrem insetos, sujeiras ou mesmo animais pequenos. Isso evita a transmissão de doenças.
- Anotar a data da limpeza do lado de fora da caixa e, na sua agenda, a data para a próxima limpeza. Abrir a entrada de água da unidade e deixar a caixa encher. Essa água já pode ser usada.
- A empresa deverá apresentar fotos antes e depois da realização dos serviços.
- A empresa deverá elaborar relatórios a cada limpeza das caixas d'água.

### **3.8 Da limpeza e desinfecção de poço artesiano:**

- a) A realização dos serviços ocorrerá a cada 06 (seis) meses, somente após a emissão da Nota de Empenho e/ou contrato de serviço.
- b) O serviço de limpeza e desinfecção de poços tubulares consiste na retirada do sistema de bombeamento com a finalidade de higienização da tubulação edutora e bomba submersa com solução clorada a fim de descartar todo o material oriundo de incrustação.
- c) Por seguinte, adição de produto químico desincrustante à base de polifosfatos (hexametáfosfato de sódio) pelo revestimento do poço.
- d) Deve ser utilizado compressor de ar de com cavalagem suficiente para execução efetiva do serviço, para o método de “recirculação” (ou “AIR-LIFT”) que consiste na circulação de ar comprimido para melhor ação do produto químico e remoção do material resultante da reação química entre este produto e a incrustação contida no poço e possíveis materiais sólidos decantados.
- e) Após o processo de turbilhonamento com compressor de ar e remoção de todo material incrustante até a água apresentar estado cristalino (ausência de gosto, odor e cor), recolocação do sistema de bombeamento.
- f) Em seguida a bomba é ligada e espera-se um tempo para que retire os últimos resíduos da água (geralmente algumas horas, a depender da profundidade), depois desse período, o poço pode ser usado novamente.

### **3.9 Dos materiais e equipamentos a serem disponibilizados:**

- a) Todo e qualquer material, equipamentos, acessórios, produtos, veículos ou mão de obra necessários para a execução dos serviços serão fornecidos pela CONTRATADA.
- b) Os materiais de consumo para limpeza, tratamento, conservação e os produtos químicos, necessários à prestação dos serviços, serão fornecidos pela CONTRATADA.
- c) Deverão ser fornecidos materiais de limpeza e produtos químicos indicação da marca, do registro do produto e da procedência, devidamente aprovados pela ANVISA e em quantidade suficiente.
- d) Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada – ver Resolução do CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE– CONAMA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 7º, inciso IX, do Decreto 88.351, de 1º de junho de 1983 que estabelece a RESOLUÇÃO CONAMA Nº 003 de 05 de junho de 1984-“Considerando que a saúde e o bem estar humano, bem como o equilíbrio ecológico aquático, não devem ser afetados como consequência da deterioração da qualidade das águas”.
- e) Deverão ser fornecidos equipamentos e acessórios em quantidade suficiente para atender à demanda dos serviços e em bom estado de funcionamento. Não será permitida a interrupção do serviço de corrente de defeito de equipamento.
- f) As máquinas e os equipamentos que exigem energia elétrica para funcionamento deverão ser compatíveis com as instalações elétricas disponíveis na de dispositivo contra descarga elétrica.

## **4. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS (Art. 92 Inciso VII da Lei nº. 14.133/21)**

**4.1** São de inteira responsabilidade da coordenação da unidade participante, juntamente com o Gestor do contrato os procedimentos de recebimento dos serviços, a qual gozam de autonomia

para, dentro das normas e responsabilidades realizar acompanhamento, controle, fiscalização e avaliação dos serviços.

**4.2** Coordenador e o gestor do contrato, farão a conferência da quantidade e qualidade dos serviços executados, conforme especificações técnicas discriminadas no item 6 do Termo de Referência.

**4.3** Os serviços deverão ser executados de acordo com as especificações técnicas e demais disposições, conforme o item 6 do Termo de Referência, não sendo permitido o recebimento dos serviços fora das especificações pré-definidas, salvo por motivo superveniente, devidamente justificado e aceita.

**4.4** Feita à entrega pela contratada o contratante por intermédio dos responsáveis citado no item 4.1, realizará no prazo máximo de 05 (cinco) dias, os exames necessários para aceitação/aprovação dos serviços de modo a comprovar que o mesmo atende as especificações estabelecidas no Termo de Referência.

**4.5** O recebimento e aceitação dos serviços serão observados as especificações contidas no Termo de referência, no edital e nas disposições contidas no Art. 140 da Lei 14.133/2021.

## **5. DO CONTRATO E PRAZO DE EXECUÇÃO (Art. 6º, Inciso XXIII, Alínea f e Título III – Contratos Administrativos da Lei nº. 14.133/2021)**

**5.1** O Contrato terá validade de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser renovado por iguais e sucessivos períodos até o limite máximo decenal, nos termos do Art. 106 da lei 14.133/2021, em virtude da necessidade contínua do serviço e desde que comprovada sua vantajosidade.

**5.2** O Termo de Referência e seus anexos estão vinculados ao contrato ou seu equivalente, como também a proposta do licitante vencedor (Art. 92, Inciso II da Lei 14.133/2021).

**5.3** O contrato ou seu equivalente deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderão pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, Art. 115, caput).

**5.4** A CONTRATADA será obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato ou seu equivalente em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados (Lei nº 14.133/2021, Art. 119).

**5.5** A CONTRATADA será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato ou seu equivalente, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, Art. 120).

**5.6** Somente o CONTRATADO será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, caput).

**5.7** A inadimplência do CONTRATADO em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato ou seu equivalente (Lei nº 14.133/2021, Art. 121, §1º).

## **6. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inciso VIII)**

As despesas decorrentes deste Contrato correrão a conta da seguinte programação: 14.001.10.122.0071.2047.3.3.90.39.00.00.

## **7. PAGAMENTO (Art. 6º Inciso XXIII Alínea g; Art. 18 Inciso III e Art. 92; Capítulo X – Dos Pagamentos da lei 14.133/21)**

**7.1** O pagamento será efetuado em favor da CONTRATADA em até 30 (trinta) dias após a entregueado serviço, através de transferência bancária em conta corrente (Art. 142 da Lei 14.133/2021), mediante apresentação da Nota Fiscal, devidamente certificada pela coordenação da unidade demandante.

**7.2** As notas fiscais deverão conter a descrição de objeto, conforme descrito no empenho, constar os dados bancários, estarem em nome da CONTRATANTE, e deverão estar acompanhadas de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Fazenda Federal, inclusive relativa ao Fundo de Garantia por Tempo (FGTS), CNDT, comprovantes

estes da manutenção das condições da habilitação, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais da documentação mencionada no Art. 68 da Lei 14.133/2021.

**7.3** A nota fiscal que for apresentada com erro será devolvida a CONTRATADA para retificação e reapresentação acrescentando-se, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

**7.4** Havendo erro nos documentos de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará com o pagamento pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

**7.5** Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a entrega do objeto, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

**7.6** Não caberá pagamento de atualização financeira à CONTRATADA caso o pagamento não ocorra no prazo previsto por culpa exclusiva desta.

**7.7** No caso de pendência de liquidação de obrigações pela CONTRATADA, em virtude de penalidades impostas, a CONTRATANTE poderá descontar de eventuais faturas devidas ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

**7.8** A CONTRATANTE poderá sustar o pagamento de qualquer fatura, no todo ou em parte, nos casos de:

**a)** Existência de qualquer débito para com a CONTRATANTE.

**b)** Se o serviço executado não estiver de acordo com a especificação apresentada e aceita;

**7.9** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para isso, como critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento até a data do efetivo pagamento, será utilizada a seguinte fórmula:

$I = (6\%/100) \times 365$

$EM = I \times N \times VP$ , onde:

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual= 6% (seis por cento), com vigência a partir da data de adimplemento da etapa;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso.

**7.10** Para fazer jus ao contrato, a empresa deverá estar regular perante a Fazenda Federal, a Seguridade Social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, bem como quitação de impostos e taxas que porventura incidam sobre a aquisição, além do contrato devidamente assinado e publicado.

**7.11** No caso de incorreção em qualquer dos documentos apresentados será o mesmo devolvido a CONTRATADA para as correções necessárias, não respondendo a CONTRATANTE por quaisquer encargos resultantes de atrasos na liquidação do pagamento.

**7.12** A CONTRATANTE não efetua pagamento antecipado, não sendo considerados os itens das propostas que assim se apresentarem (Art. 145 da Lei 14.133/2021).

**7.13** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**7.14** Por ocasião do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, quando couber.

**7.15** Antes de cada pagamento à CONTRATADA, serão realizadas consultas para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

**7.16** Constatando-se a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

**7.17** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**7.18** Persistindo a irregularidade a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

**7.19** Havendo a efetiva entrega do objeto, o pagamento deverá ser realizado normalmente, até que se decida pela sanção a ser aplicada, caso a CONTRATADA não regularize sua situação.

## **8. DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

**8.1** O prazo de início da execução dos serviços pelas empresas vencedoras não será superior a 10 (dez) dias corridos, contados após o recebimento da nota de empenho e/ou ordem de fornecimento, considerando que a ciência do ato será a data de confirmação da leitura do seu teor pelo destinatário.

**8.2** O serviço de limpeza de fossa, caixa de gordura e desobstrução de encanamentos será global e de acordo com a necessidade da unidade.

**8.3** O serviço de limpeza dos reservatórios de água (caixas d'água e poço artesiano) será ordinário e deverá ser realizado em sua totalidade em todos os reservatórios de água a cada 06 (seis) meses.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES**

### **9.1 DA CONTRATADA**

a. Prestar os serviços e fornecer os produtos nas condições estabelecidas no Termo de Referência, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pela unidade solicitante.

b. Possuir toda a infraestrutura necessária, suficiente e condizente para execução dos serviços, utilizando-se de materiais e pessoal capacitado e especializado e em condições plenas de saúde.

c. Cumprir rigorosamente as especificações técnicas e os prazos constantes no Termo de Referência.

d. Manter a máxima integração entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE, em relação à organização dos serviços, de modo a assegurar a qualidade dos mesmos.

e. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações legais como encargos trabalhistas, previdenciários, ambientais, comerciais e fiscais, tais como impostos, taxas e multas, resultante da execução dos serviços.

f. Assumir toda responsabilidade do pagamento dos serviços prestados por pessoal técnico, transporte dos equipamentos, materiais, instalações e terceiros, para os locais de realizações dos serviços.

g. Responsabilizar-se-á pelo fornecimento de transporte, alimentação e hospedagem a seus empregados (se for o caso), da sua sede ao local onde os serviços serão prestados, não cabendo nenhum ônus ou responsabilidade para a CONTRATANTE.

h. Assumir a total responsabilidade por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas seus empregados e terceiros decorrentes da prestação dos serviços objeto desta contratação, ou em conexão com eles, devendo adotar todas as providências que exige a legislação em vigor.

i. Responder, integralmente, por todos os ônus, encargos e perdas e danos que vier a causar à Contratante ou a terceiros, em razão de ação ou omissão dolosa ou culpa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita quando for constatado que tenham sido ocasionados em decorrência do fornecimento do objeto.

j. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 72 (setenta e dois) (horas), os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração.

k. Fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidades especificadas, nos termos de sua proposta.

l. Relatar à Administração toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

m. Fornecer e providenciar a utilização dos equipamentos de proteção individual (EPI's), de acordo com a Lei de Segurança e Medicina do Trabalho (Lei Federal nº 6.514, de 22 de dezembro de 1977) e Norma Regulamentadora nº06 aprovada pela Portaria GM nº 3.214 do Ministério do Trabalho, de 08 de junho de 1978.

n. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação (Art. 92, Inciso XVI da Lei 14.133/21).

o. Conforme estabelecido no Artigo 122 da Lei Federal no 14.133/2021, é vedada a subcontratação da totalidade dos serviços objeto deste procedimento administrativo.

p. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no Art. 124, Inciso II, Alínea d da Lei nº 14.133/2021.

q. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas pelo Ministério da Saúde, ANVISA e demais órgãos, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e, inclusive, às recomendações aceitas pela boa técnica.

## **9.2 DA CONTRATANTE**

a. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos.

b. Oferecer todas as condições e informações necessárias para que a CONTRATADA possa fornecer o objeto adjudicado dentro das especificações exigidas no Termo de Referência.

c. Emitir nota de empenho a crédito do(s) fornecedor (es) no valor total correspondente ao objeto solicitado.

d. Encaminhar a nota de empenho para a CONTRATADA.

e. Conferir o objeto recebido e as notas fiscais se os mesmos estão de acordo com a nota de empenho.

f. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA, proporcionando todas as condições para que a mesma possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos estabelecidos.

g. Fiscalizar a entrega do objeto podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer, no todo ou em parte, qualquer objeto entregue que não esteja de acordo com as condições e exigências estabelecidas.

h. Notificar, por escrito, a CONTRATADA na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução das obrigações assumidas, aplicando, se for o caso, as penalidades previstas no Termo de Referência.

i. Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato ou seu equivalente.

j. Pagar a fatura ou nota fiscal devidamente atestada, no prazo e forma previstos no Termo de Referência.

k. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato ou seu equivalente, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **10. DAS RETENÇÕES**

**10.1** O contratante reterá, na fonte imposto de renda, nos termos da instrução normativa nº 1234/2012, da Receita Federal do Brasil, sob a aplicação da prevista nesta instrução normativa, editada nos termos do artigo 64 da Lei Federal nº 9.430/1996, aplicado por extensão aos pagamentos realizados por esta municipalidade conforme a instrução normativa nº 2145, de 26 de junho de 2023.

**10.2** As hipóteses de retenção na fonte e deduções na base de cálculo deverão ser informadas nos documentos fiscais, bem como as hipóteses de dispensa da retenção, nos termos da IN RFB nº 1234/2012.

**10.3** As retenções serão realizadas no momento do pagamento dos valores decorrentes da prestação dos serviços contratados/fornecimento dos bens contratados, uma vez atestados e liquidados, mediante recolhimento aos cofres municipais, nos termos do inciso I do artigo 158 da Constituição de 1988, devendo a contratada observar a IN RFB nº 1234/2012 quando do envio dos documentos fiscais.



## **11. DO CUMPRIMENTO DA LEI FEDERAL Nº 8.213 DE 1991 E DECRETO FEDERAL Nº 9.579/2018**

**11.1** A contratada deve cumprir a cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018.

**11.2** A contratada deve cumprir a cota de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

**11.3** A contratante fiscalizará o cumprimento da cota de contratação de aprendizes conforme o artigo 51 do Decreto Federal nº 9.579, de 22 de novembro de 2018 e da cota de pessoas com deficiência e reabilitados da Previdência Social conforme o artigo 93 da Lei Federal nº 8.213 de 1991.

## **12. DAS PENALIDADES**

**12.1** Comete infração administrativa, nos termos do Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o CONTRATADO que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato ou seu equivalente que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato ou seu equivalente;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato (ou retirar seu equivalente) ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou execução do contrato ou seu equivalente;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou seu equivalente;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções (Art. 156 da Lei nº 14.133/2021):

- a) advertência;
- b) multa;
- c) impedimento de licitar e contratar;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar;

**12.3** Na aplicação das sanções serão considerados (Art. 156, §1º da Lei nº. 14.133/21):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública.

**12.4** A sanção prevista na alínea a do item 12.2 deste Instrumento será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na alínea a do item 12.1 deste Instrumento, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (Art. 156, §2º da Lei nº. 14.133/21).

**12.5** A sanção estabelecida na alínea b do item 12.2 deste Instrumento, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei nº. 14.133/2021.

**12.6** A sanção prevista na alínea c do Item 12.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**12.7** A sanção prevista na alínea d do Item 12.2 deste Instrumento, será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei nº. 14.133/2021](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do *caput* do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do mesmo artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

**12.8** A sanção estabelecida alínea d do Item 12.2 deste Instrumento será precedida de análise jurídica e observará a seguinte regra:

**12.8.1** quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de secretário municipal;

**12.9** As sanções previstas nas alíneas a, c e d do Item 12.2 deste Instrumento poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea a do mesmo item.

**12.10** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**12.11** A aplicação das sanções previstas no item 12.2 deste Instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**12.12** Na aplicação da sanção prevista na alínea b do Item 12.2 deste Instrumento, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (Art. 157 da Lei nº. 14.133/21).

**12.13** A aplicação das sanções previstas na alínea c e d do item 12.2 deste Instrumento requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**12.14** Os atos previstos como infrações administrativas da Lei nº. 14.133/2021 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na [Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

### **13. DA GARANTIA (Art. 40 § 1º Inciso III da Lei nº. 14.133/21)**

**13.1** A Contratada deverá garantir os serviços contratados e responderá, nos ditames da lei, por quaisquer danos decorrentes da má execução do instrumento contratual.

**13.2** A CONTRATADA é responsável pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE, decorrentes de sua culpa ou dolo quando da execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Órgão interessado.

**13.3** A CONTRATADA ficará obrigada a prestar garantia contratual, nos termos dos Arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21.

**13.4** Deverá a CONTRATADA optar por uma das modalidades de garantia previstas no § 1º do art. 96 da Lei 14.133/21.

**13.5** O valor da caução deverá ser de 1% do valor do contrato.

### **14. DA FISCALIZAÇÃO**

**14.1** A CONTRATANTE no uso de suas atribuições legais nomeará Gestor/Fiscal de Contrato, sendo indicado pelo representante da área requisitante preferencialmente o servidor que possuir conhecimento técnico do objeto da contratação e designado pelo(a) Secretário(a) Municipal de Saúde, para acompanhar e fiscalizar a execução contratual desde a concepção até a finalização.

**14.2** O contrato deverá ser devidamente administrado, pela servidora LUCIANE HALABURA DE ARAUJO DOURADO, matrícula: 10419.

## **15. DO REAJUSTE CONTRATUAL**

**15.1** O Reajuste dos valores contratual terá como data base o orçamento estimado conforme o §7º do artigo 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

**15.2** Deve ser observado o princípio da anualidade para o reajuste.

**15.3** O índice a ser utilizado para o reajuste contratual será o IPCA e, em caso de sua extinção, outro que venha lhe suceder.

## **16. DO ACRÉSCIMO E REDUÇÃO DO CONTRATO**

A CONTRATANTE reserva-se no direito de acrescentar ou suprimir o quantitativo da contratação, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato na forma do disposto no artigo 125 da lei federal nº 14.133 de 2021, devendo acordar com a CONTRATADA, preliminarmente, as novas bases do contrato, quando tratar-se de redução superior a 25% (vinte e cinco por cento).

## **17. DA RESCISÃO DO CONTRATO**

**17.1** A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as prevista em lei ou regulamento administrativo.

**17.2** Constituem motivos para rescisão do contrato, no que couberem, as hipóteses previstas no artigo 137 da Lei 14.133 de 2021.

**17.3** A rescisão contratual poderá ocorrer nas condições e formas previstas no artigo 138 da Lei 14.133 e suas alterações.

## **18. DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO**

É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato (ou equivalente) por qualquer das partes, sem prévia e expressa autorização da outra.

## **19. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO**

**19.1** A CONTRATANTE, através do ordenador de despesas, designa a fiscal do Contrato Vilma Moreira Damiao (mat. 16094) para o recebimento e controle dos serviços executados. A mesma registrará todas as ocorrências e as deficiências em relatório, cuja cópia será encaminhada a CONTRATADA, objetivando a imediata correção das irregularidades apontadas.

**19.2** As exigências e a atuação da fiscalização pela CONTRATANTE em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva do licitante vencedor no que concerne à execução do objeto licitado.

## **20. DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS**

Este contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 124, da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

## **21. DA SUBCONTRATAÇÃO**

O contrato será executado diretamente pela CONTRATADA sendo terminantemente vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, cessão, transferência e/ou terceirizado deste.

## **22. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO**

Fica este Contrato vinculado ao Edital de Pregão Eletrônico nº 035/2026/PMV, e a proposta de preços constante no Processo Administrativo n.º 3536/2026, bem como as disposições da Lei Federal n.º 14.133/2021, cujas disposições integram este instrumento.

### **23. DA PUBLICAÇÃO DO CONTRATO**

Dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados de sua assinatura, o Município providenciará a publicação, em resumo do presente Contrato.

### **24. DOS TRIBUTOS E DESPESAS**

Constituirá encargo exclusivo da Contratada o pagamento de tributos, tarifas, emolumentos e despesas decorrentes da formalização deste Contrato e da execução de seu objeto.

### **25. DO FORO (art. 92, § 1º)**

O foro do presente Termo será o da Comarca de Vilhena (RO), excluído qualquer outro. E por estarem de acordo é registrado o Extrato do presente Contrato à fl. ..... do livro 001 - Vol. I, da Procuradoria Geral do Município desta Prefeitura, o qual depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes CONTRATANTES e por duas testemunhas que a tudo assistiram, sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias.

Vilhena, ..... de ..... de 2026.

PELO MUNICÍPIO

PELA CONTRATADA

Flori Cordeiro de Miranda Junior  
**PREFEITO MUNICIPAL**

.....  
.....

.....  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE**

TESTEMUNHAS:

NOME:

CPF:

NOME:

CPF:

Visto:

.....  
**PROCURADOR MUNICIPAL**